



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 36

Sessão Ordinária Novembro

1.º Reunião em 06/11/2019

No dia seis do mês de novembro do ano dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Auditório da Junta de Freguesia de Oliveirinha, em Oliveirinha, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Francisco José da Silva Ferreira, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Alberto Martins Nunes, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Raúl Ventura Martins, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Rita Alexandra Monteiro Batista, Ana Margarida Santos Valente, e Rui Carlos Neves Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltaram os deputados Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, e Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, e Joana Fonseca Valente.

Faltaram nesta reunião da Sessão os Vereadores João Filipe Andrade Machado, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta Sessão dos vogais, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Nuno Manuel Marques Pereira, Fernando Manuel Martins Nogueira, Virgínia Maria Melo Matos, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Ana Margarida Santos Valente, respectivamente.⁰⁰⁴

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emilia Cristina da Cunha Gonçalves, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia Miguel António Costa da Silva, se fez substituir nesta reunião da sessão, por Carlos Alberto Martins Nunes.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia. De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes.

Acta n.º 33 – Sessão Extraordinária em Setembro – Sessão realizada em 17-09-2019: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁷

Não votaram, por não terem estado presentes nesta sessão a Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, os deputados municipais e/ou respectivos sucedâneos, Carlos Francisco da Cunha Picado, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, e Henrique da Rocha Vieira

Acta n.º 34 – Sessão Ordinária Setembro – Sessão realizada em 27-09-2019: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁸

Não votaram, por não terem estado presentes nesta sessão a Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, a Segunda Secretária, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, os deputados municipais e/ou respectivos sucedâneos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, Raúl Ventura Martins e João Carlos Rodrigues Morgado

Acta n.º 35 – Sessão Extraordinária em Outubro – Sessão realizada em 10-10-2019: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁹

Não votaram, por não terem estado presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais e/ou os respectivos sucedâneos, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, Victor Manuel Marques de Oliveira, e João Carlos Rodrigues Morgado

(Deram entrada na sala os vogais, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu e Catarina Marques da Rocha Barreto)

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Novembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2019;

Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 24SET19 a 31OUT19;

Ponto 3 – Apreciação e votação da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) / Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU);

- Ponto 4 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2020;**
Ponto 5 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2020;
Ponto 6 – Derrama 2020;
Ponto 7 – Participação variável no IRS – Ano 2020;
Ponto 8 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2020;
Ponto 9 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação - Por Aveiro livre de violência de género: construir uma agenda municipal para a igualdade.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Presidente da Mesa:[010](#)

Presidente de Junta Oliveirinha

Firmino Marques Ferreira:[011](#)

"Como anfitrião dizer algumas palavras rápidas. Começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, toda a Vereação, Colegas de Assembleia e os cidadãos em geral e a comunicação social.

Então dizer-vos que esta Assembleia e o facto de virem a Oliveirinha certamente não nos trará qualquer benefício pelo facto de acontecer cá hoje, mas há um certo benefício que é o de sentirmo-nos parte integrante do município. E, portanto, são estes pequenos gestos que determinam a nossa união e sabemos que não se restringe apenas a algumas freguesias. E a nossa claramente sente que também faz parte dele e que é parte integrante como todas as outras da cidade ou de fora da cidade. E isso para nós é muito importante.

Dizer também que esta Assembleia para além da descentralização (que nos agrada) tem também um especial dia para mim. É que a vida é feita de simbolismos e há um simbolismo que para mim é importante, é que é a primeira que se realiza depois da efectuada em terras de Nossa Senhora de Fátima. E portanto é hoje também um dia para lembrar Antero Santos que foi um nosso autarca, um presidente que partiu, mas que ao longo destes tempos para mim também foi uma referência nas causas que defendeu, bem como o nosso actual presidente de Assembleia de Freguesia, também ele foi Presidente desta Freguesia, mas ao conjunto enorme de autarcas que ao longo destes anos foram para mim referências e estão aqui mais alguns também. E por isso uma saudação especial a todos.

Para além disso dizer que estamos satisfeitos também por este momento, pelo facto de estarmos em Oliveirinha, é um momento de dizer à Câmara naturalmente, de lhe agradecer todo um conjunto de obras que foram feitas na nossa terra, e tendo aqui a possibilidade de o fazer em casa é também especial. Além de todo um conjunto de pavimentações que têm acontecido, temos também a nossa obra de construção da Unidade de Saude Familiar e que portanto será mais uma obra concretizada pelo município a bem da população da nossa freguesia.

Tinha também aqui um assunto que se prende com um determinado tipo de acessibilidades mas que o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia vai abordar esses assuntos na intervenção do público e o fará de uma forma mais exaustiva eu me vou repetir e vou terminar desejando a todos um excelente trabalho e que a Assembleia decorra na pluralidade e na discussão das nossas ideias e que no final todos regressem com saúde e bem a casa. Obrigado."

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou da presença no plenário de munícipes inscritos que desejam intervir no período regimental de intervenção do público, dando-lhe de seguida a palavra.

Munícipe Armando Vieira⁰¹³

Assunto: As acessibilidades na Freguesia de Oliveirinha, designadamente ligação Aveiro/Águeda; Zona Industrial de Oliveirinha; ligação do nó sul da A1 à cidade de Aveiro.

Munícipe Rui Miguel Moura⁰¹⁵

Assunto: Possibilidade de utilização do Aeródromo de São Jacinto pelo Aero clube de Aveiro.

Munícipe Sérgio Santos Marques ⁰¹⁷

Assunto: Obras de requalificação na EN235; rua de Aveiro em Quintãs.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁹

"Boa noite a todos. Muito gosto em estar aqui convosco na Assembleia. Em direcção ao assunto trazido aqui pelo Armando Vieira. Estamos juntos na duplicação da variante, mas há dois objectivos a cuidar claramente. Um é a qualificação do que falta no troço urbano da N235 que é inacreditável as condições em que vivem os residentes naquele troço, mas é real. E portanto a luta do Presidente Élio Maia e minha é que aquela operação se resolvesse.

Finalmente estamos a montar estaleiro, num terreno cedido pela Câmara, ali junto ao campo do nosso querido Barroca, para começar a obra.

Mas esta é uma luta que teve seis anos meus e pelos menos quatro do Presidente Élio Maia. É miserável uma obra desta levar dez anos de luta e é apenas uma requalificação de um troço de estrada nacional. Não é mais nada. Apenas nós entendemos no âmbito desta requalificação resolver aquele que é hoje um dos nós negros da nossa rede viária que é aquele cruzamento desta via com o acesso à autoestrada A1, ali junto dos armazéns Reis.

Questão dois e que nos concentraremos imediatamente, porque vai fazer parte dum pacote de questões que iremos levar ao novo governo. Há um novo governo e nós sempre no início da chegada de um novo governo levamos aos novos responsáveis todos os nossos assuntos pendentes. Até ao final de Novembro todos os dossiers estarão entregues e a cada um dos membros do Governo em razão de cada uma das matérias como é evidente.

E uma delas é a construção do troço que falta da variante à N235. Que é outra coisa inacreditável. Como é possível ter-se construído a variante à N235 até à rotunda da UTMB e dali até ao fim do município, ligação à autoestrada, nada. Está projectada há já nem sei quantos anos, mas nada.

Nós no PDM mantemos o traçado. Ela vai na baixa, exactamente a sul da área urbana de Mamodeiro e depois vai sair no enfiamento do cruzamento de acesso à autoestrada do norte. Mas isto é uma prioridade absoluta. E portanto, acto imediato nós vamos iniciar esta luta. Obviamente que quando fizermos esta obra que estamos a referenciar, esta obra não pode ter apenas um perfil de duas vias, uma para cada lado, como é óbvio. Mas faremos isso de raiz.

E nesse quadro, mas luta seguinte, tratar do reperfilamento em termos de estrutura do troço que existe da variante que existe que vem até à cidade, para que ela ganhe capacidade. Portanto este é o nosso plano, sabendo que é com este cronograma que iremos abordar esta matéria.

Segunda questão os acessos rurais. Temos esses problemas em Oliveirinha e em Eixo e temos um compromisso do Instituto da Infraestruturas de Portugal de voltarem ao terreno para porem esse passivo em ordem. Já andaram a fazer algumas coisas. Mas eu digo isto muitas vezes, as Infraestruturas de Portugal são uma instituição que se debilitou em termos de competências e capacidades que é uma coisa inimaginável. Felizmente temos um excelente administrador no IP, o Eng. Carlos Fernandes, dar-lhe essa referência pública, é um excelente administrador da área ferroviária, mas é também com quem nós tratamos de tudo. Se não for com o Eng. Carlos Fernandes não se trata de nada. Portanto ele tem sido um interlocutor muito bom e importantíssimo para nós resolvermos coisas muito difíceis que temos. E portanto há um compromisso de se retomar esta matéria para se arrumar esse passivo que existe nesta zona contígua à nossa A17.

Quanto à ligação Aveiro/Águeda deixar claro Armando que nós mudámos de estratégia. A Câmara de Aveiro não vai esperar mais porque já chega. E como acreditamos pouco no actual governo porque é muito parecido com o anterior, tomamos uma decisão que estará formalizada no dia em que entrar em vigor o novo PDM.

O troço dos primeiros oito quilómetros da nossa ligação Aveiro/Águeda entre a rotunda a nascente do Parque de Feiras e Exposições até à estrada que faz a ligação com a zona industrial de Eixo/Oliveirinha, antes da passagem superior com a A17 e aproveitando o nó de São Bernardo/Oliveirinha.

É uma coisa inacreditável eu não sabia e poucos sabiam, a ligação do projecto Aveiro/Águeda com a zona industrial de Eixo não servia para nada. Porque passava uma por cima da outra e acabou. Não havia a possibilidade de mudar de uma para a outra. Inacreditável. E um dos vários objectivos (há vários) que agora temos com esta via é a de servir aquela zona industrial de forma a podermos libertar as zonas urbanas agregadas de tráfego pesado. É obvio demais não é não é? Mas não era óbvio até ao PDM de Aveiro.

Nós agora assumimos que nesta zona há uma alteração do perfil, o canal vai directo ao cruzamento que está meio construído em Oliveirinha, construímo-lo completo. Vai para o lado de Eixo e vai paralelo com a A17 até chegar à via que faz a ligação Eixo/Oliveirinha, que faz a servidão da zona industrial. Ai faz uma rotunda sobre essa via e daí para Águeda segue no perfil que estava.

No PDM também que tivemos tomar uma decisão na baixa de Horta. No actual havia dois traçados alternativos. Um com uma ponte mais a norte, mais próxima do aglomerado urbano de Horta e outra mais a sul com uma ponte mais curta. Da discussão que tivemos com o IP escolhemos essa segunda até entra no município de Águeda. No município de Águeda o que está combinado com os dois municípios é que p troço a que eles chamam da rotunda do banco até Travassô terá feito pela Câmara de Águeda, uma condição idêntica ao nosso troço. E depois o intermédio, a Comunidade Intermunicipal de Aveiro vai continuar a lutar para que haja recursos financeiros para fazer o troço do meio.

São estes mais ou menos oito vezes três quilómetros. Oito do lado de Aveiro e acabou a conversa. É a Câmara que paga. É troço de servidão urbana embora sem constituir frentes urbanas directas. Não se pode construir directo para ele, mas ele vai enraizar-se na rede viária. Aqui, em São Bernardo, em várias zonas, possamos sair da rede viária normal e entrar ou sair para esta via. Águeda está a conceber um modo parecido com o nosso e assim concebermos esta via. E ainda hoje numa reunião telefónica com o Eng. Carlos Fernandes estivemos a falar de ver se de uma vez por todas, num novo quadro em que a infraestruturas de Portugal são chamadas a fazer um terço do Aveiro/Águeda porque as Câmaras fazem os outros dois terços, a ver se desta vez acaba este inacreditável filme de nunca mais termos a estrada.

Da nossa parte vamos lançar concurso para levantamento cadastral e topográfico para estudo prévio ainda este ano, para que no próximo ano tenhamos tudo pronto para lançar o

projecto de execução e podermos lançar a obra que vai ser a Câmara de Aveiro que a vai executar e a vai pagar neste troço todo, da rotunda do Parque de Exposições, passando pelo nó de São Bernardo/Oliveirinha, até à tal rotunda da zona industrial de Eixo. E assim darmos uma ligação boa à zona industrial e por aí também termos um efeito indutor na localização empresarial naquela área industrial.

Rui Moura. Peça-lhe ajuda. Nós temos falado com o aeroclube de vez em quando. E aquilo que ficou combinado nas últimas conversas era que o aeroclube desenha-se uma proposta bem diferente da outra, para apresentar nas negociações com o Exército.

Sei que o aeroclube ainda não se desmembrou, mas perdeu um bocado de força e de dinâmica, o que é compreensível com o que lhe aconteceu, mas objectivamente nós temos empenho neste dossier.

Nós não sabemos nada neste dossier e portanto a ajuda do nosso parceiro aeroclube de Aveiro é fundamental. Se o Rui poder dar uma ajuda, seja com o seu próprio conhecimento, seja da relação também com os seus colegas, é muito importante.

Da parte do Exército, além das tribulações que o Exército tem tido, que perturbaram muito um conjunto de matérias que tivemos com o Exército, desde logo do nosso acesso ao molhe norte, foi uma negociação que nos custou quase um mandato inteiro para a executar, uma coisa tão simples, o nosso aeródromo na base militar, descapitalizou-se de tal ponto em termos técnicos que nem sequer foi possível servir de base ao primeiro show aeronáutico em São Jacinto, tivemos de usar o aeródromo de Águeda e o aeródromo de Viseu. Tivemos aviões a usarem Águeda e aviões a usarem Viseu porque tecnicamente não era possível usarem São Jacinto. Uma coisa inacreditável. Portanto também temos empenho neste dossier.

O Exército não tem dinheiro ou melhor, não lho dão, ou o Ministério da Defesa não lho quer dar, bem isto é um filme. De facto o que se está a passar na base militar de São Jacinto é mau de mais para ser verdade em termos de degradação física total. Não é só da pista. Nós só precisamos da pista. Mas pronto pode ser que isto possa vir a ter uma vida futura nova. Portanto peça sua ajuda porque da nossa parte há disponibilidade. Do Exército e do actual Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Almirante Silva Ribeiro, é disponibilidade total para poder acordar connosco uma proposta em moldes nova. Ele tem essa disponibilidade. Neste momento faltam-nos as cartas para nós pormos em cima da mesa e reabrirmos o processo de negociação.

Sérgio Marques. A N235 vai entrar em obras como disse. A Câmara só vai falar nisso em comunicado no dia em que as pessoas virem a obra. Porque a história desta obra é tão triste, tão miserável, tão adiada, que nós não vamos fazer nenhuma nota de comunicação antes de as pessoas a vejam. Porque de facto não faz sentido falar dessa obra porque estamos à espera dela há tantos anos.

Mas não há dúvidas esta obra vai causar incómodos. Desde logo porque se trata de um troço viário, o troço viário com maior volume de tráfego do município na última contagem que fizemos. Portanto nós não temos volta a dar-lhe. Mas o que é que está desenhado? Vou só falar de grosso modo porque não quero estar a falar da obra antes do tempo. Vamos comunicar, o próprio IP também, nisso estamos em linha completamente, mas a obra é do IP. Mas somos equipa. Aliás como disse à pouco foi a Câmara que arranjou estaleiro, é um terreno da Câmara que vai servir de estaleiro, somos equipa como não poderia deixar de ser.

Mas a lógica que está desenhada para a empreitada é de em várias fases da obra só vai poder usar-se a plataforma da N235 entre o nó da A1 e a rotunda UTMB num dos sentidos. Aquilo que se vai fazer é usar a velha estrada N235 por dentro de Mamoadeiro. Não é preciso ir par a escola. É só a estradinha ali dentro do cruzamento da Bica até sair próximo ali do cruzamento para o cemitério. No outro troço a via que faz exactamente a servidão à

Junta de Freguesia. Portanto a lógica é podermos usar sempre a plataforma viária na N235 num dos sentidos e usar este corredor no outro sentido. É a tal estória, se cortássemos a estrada e não pudéssemos andar na estrada não era preciso um ano para fazer a obra, pois aquilo não é obra para um ano. Mas a opção que tomamos é a de continuar a usarmos aquela via de modo a fazer esta operação dos desvios que está montada com toda a atenção. Repito é trabalho de equipa entre o IP, os técnicos da Câmara, e o empreiteiro. É um empreiteiro que tem muita experiência de obras com o IP e que o IP conhece bem.

Entretanto, lá para o meio desta obra, adjudicamos agora um concurso para tratar do que falta aqui da nossa N235 velha. Entre a Igreja da Costa do Valado e a rotunda da UTMB. Estamos a adjudicar o projecto. Estamos a mandar fazer o projecto fora e assim que estiver pronto, é uma obra obviamente nossa, iremos qualificar este troço de via para termos completo este troço que passa em Oliveirinha e São Bernardo. E esperamos que ele esteja pronto antes de acabar a qualificação deste troço da N235.

Quanto à questão dos limites do PDM tomei boa nota do que disse. Mas não tenho consciência da questão. Não tenho. Mas dar esta nota de que a revisão do PDM não toca em limites entre municípios. Não tem nada a ver. Repito, tomei boa nota para ver. Mas essas matérias são tratadas em sede da CAOP (Carta Administrativa Oficial de Portugal) que é a peça administrativa que o país tem para tratar destas matérias. Mas tomei nota para verificar se há para aí alguma disfunção. Mas reafirmar que a revisão do PDM não mexe nos limites neste tipo de matérias. Senhor Presidente muito obrigado."

Presidente da Mesa⁰²⁰

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Terminados os esclarecimentos, o Presidente da Mesa deu início⁰²⁴ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²²

"Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Uma saudação especial ao Executivo da Junta de Freguesia, com particular destaque para o Senhor Presidente, Indo direto ao assunto. Esta matéria estará incluída no segundo ponto da ordem de trabalhos mais eu analisando tenho a tendência de a considerar fora desse ponto. O ponto é o que a Câmara está a fazer na requalificação na antiga estrada N109, mas tem a ver com a limpeza (e a preocupação do PAN é essa) da utilização abusiva da via pública por parte da empresa Navigator. Os resíduos que os camiões de forma displicente deixam na via pública e têm causado grandes constrangimentos, restos de madeiras. Na última semana, num momento de alguma chuva, acabou por fazer uma pequena inundação na rotunda em função da acumulação de resíduos que estão na estrada.

A ponte de Cacia, a parte pedonal, está completamente intransitável pela acumulação desses resíduos, a parte exterior da rotunda também, e percurso até à fábrica também. Obviamente o piquete foi lá e resolveu, mas limpou só o que estava na rotunda. O resto dos resíduos permanecem inclusive na ponte. Se não fosse aquelas chuvas e a necessidade de escoar aquela água tenho em querer que os resíduos lá continuariam. E eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente qual é o papel da Câmara Municipal para poder ajudar a

resolver este assunto, porque eu recordo que a Câmara está a investir 1 milhão na requalificação da estrada nacional, perspectivando melhorias de segurança na rodovia bem como a qualidade urbana local - é o que está escrito. Portanto eu queria perceber como é que uma empresa desta tem direito, de uma forma displicente, invadir com os seus resíduos na via pública e queria perguntar se isto vai continuar. Obrigado."

Vogal Ana Valente (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

"Boa noite a todos. Trazemos aqui algumas preocupações. São algumas perguntas que queremos fazer a este executivo. Nomeadamente o problema em São Jacinto, chegou-nos a informação que aos feriados e aos fins de semana não existe qualquer equipa de intervenção dos bombeiros, nem qualquer ambulância para qualquer caso que ocorra. E saber de que forma é que o executivo tenta resolver esta questão.

Além disso a estrada nacional 327, não sendo naturalmente uma competência da autarquia, é da sua competência fazer com que as entidades, nomeadamente o IP, façam algo na estrada que já sofreu 4 derrocadas e que ainda recentemente se deu outra derrocada. Estará ali à espera de acontecer alguma coisa mais grave para depois se fazer alguma intervenção.

Ainda relativamente a São Jacinto o caso da habitação social no Bairro Social que lá existe. O executivo já disse em ocasiões anteriores que iria ter uma intervenção, mas até agora ainda não fez nada. As casas estão muito degradadas e precisam de uma ação muito urgente. Além disso, metade desta freguesia não tem de facto saneamento pluvial o que traz uma série de constrangimentos a quem lá vive.

Outra pergunta que queremos fazer é acerca do túnel da Avenida que está novamente fechado. Primeiro vimos a razão que era por causa da substituição da iluminação Leeds no seu interior, mas ainda assim queria perguntar porque é que está a acontecer novamente? Se é só por não ter sido feita ou se foi algum erro da empresa e se tenciona fazer uma demanda por danos causados pelo encerramento novamente a um mês de ter estado encerrado. Queríamos perceber como é que isto ocorreu.

Outra questão que queríamos fazer é acerca do Rossio. Primeiro uma pergunta muito simples, porque tem vindo várias informações e em cada notícia que vemos vem uma informação diferente. Qual é objectivamente o investimento público e qual é objectivamente o investimento do privado? Já vimos muitas informações e achamos que são coisas muito diferentes daquilo que temos.

Depois ainda a propósito do Rossio e olhando para o plano urbanístico da Polis percebe-se que há aqui uma série de incongruências por esta ser uma zona inundável ou por esta ser uma área de utilização pública dever cumprir uma série de pressupostos, queremos perguntar ao Senhor Presidente se de facto estão integralmente cumpridos.

Além disso perguntar também por que razão será concessionado o Parque Manuel Firmino e de que forma está a relacionar isto com o Rossio e porque é que é incluído nesta obra. Disse."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[024](#)

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras deputadas e Excelentíssimo Público. Da parte do Bloco de Esquerda estas reuniões descentralizadas servem para nos aproximarmos das populações, que por vários motivos, veem a sua participação e a sua assistência a estas assembleias municipais quase de forma normal. E portanto é com agrado que vimos também a Oliveirinha nesta reunião descentralizada.

Dizer que temos noção que viver em Aveiro, viver no município de Aveiro, tem toda uma panóplia de formas e vivências diferentes. A malha urbana e a malha rural são bastantes extensas. E defendemos obviamente que uma pessoa tem o direito de poder viver junto a centro urbano, mas preferir viver no mundo rural. E acompanhamos todas as formas de vida que as pessoas queiram para si. No entanto defendemos que não pode ser esta ruralidade que limite a participação do acesso aos serviços públicos das populações mais periféricas. Oliveirinha é uma das freguesias periféricas de Aveiro. E portanto, lamentamos que por exemplo que o serviço de transportes públicos não dê uma resposta cabal também à população de Oliveirinha. E que de alguma forma os serviços públicos estejam centralizados de tal forma no centro urbano de Aveiro que possa excluir determinados sectores da sociedade nomeadamente as pessoas mais idosas, que são as que mais vivem nas zonas rurais. E portanto, da nossa parte o que pretendemos é que de facto o trabalho político que se faz em Aveiro seja o de aproximar serviços às comunidades mais periféricas. Uma aposta nos serviços de transportes seria uma boa aposta o que não se tem verificado. Continuando. Sabemos que no passado dia 6 de outubro realizaram-se as eleições legislativas e começamos por lamentar a alta abstenção nestas eleições. No entanto a mensagem que foi dada no Concelho e no País foi clara. E isso deve ser traduzido em políticas que tenham um impacto directo na vida de quem trabalha e de quem estuda e de quem vive em Portugal. Não podemos deixar de referir o resultado do Bloco de Esquerda em Aveiro. Conseguimos eleger 2 deputados, mais um que em 2015. E pela primeira vez o distrito ficou acima da média nacional e o resultado do concelho de Aveiro obteve uma das maiores percentagens no país. Sendo o reconhecimento também desse nosso trabalho de quem toma partido por quem trabalha e por quem vive do seu trabalho. Por quem estuda e por quem merece uma reforma digna depois de uma vida de trabalho por quem vive em Portugal. Comprometemo-nos tanto no passado como no presente a apoiar políticas que impactem positivamente na vida das pessoas, seja através da valorização dos salários seja no crescimento das pensões, seja em defesa dos serviços públicos que defendemos, para dar respostas sociais necessárias garantindo que ninguém fica excluído. No pós-eleições a posição do Bloco de Esquerda foi clara - aprofundar o caminho iniciado em 2015 e no garante da melhoria de vida das pessoas. E esse garante passa inadiavelmente pelo combate à precariedade no trabalho, pela retirada da herança da troika, do Código de trabalho, seja na recuperação dos dias de férias, seja na recuperação dos valores do trabalho extraordinário para ser pago de forma justa, seja o fim da facilidade de despedimento para tantos e tantas trabalhadoras. Mas também pelo investimento sério nos serviços públicos, no serviço nacional de saúde, nos transportes. Saber dar resposta à grave crise de habitação que se vive no nosso país. Depois de encetar conversações com o PS e a garantia de continuidade de conversações, o PS pela voz de António Costa, depois de reunir com o representante da CIP, esquece toda a intenção demonstrada até então e rapidamente esquece o que foi expresso maioritariamente através do voto popular. A vontade de não haver uma maioria absoluta do PS. E os acordos à esquerda que devem ser um garante de estabilidade económica e social para que vive do seu trabalho. E essa estabilidade só poderia ser alcançada se o caminho traçado fosse continuado. Valorizando os salários, melhores condições de trabalho e maior justiça fiscal. Mas o corolário com os patrões valeu mais para o PS. Só podemos lamentar por um lado e por outro deixar claro que continuaremos a trabalhar para um serviço nacional de saúde robusto, uma escola pública que dê respostas necessárias às comunidades educativas. Trabalharemos no sentido de eliminar a herança da troika do Código do Trabalho, por uma transição energética indispensável onde obrigatoriamente se devem aplicar políticas de

mobilidade, nomeadamente aposta de serviços públicos de transporte com respostas às necessidades das populações.

Sabemos que em Aveiro precisamos de tudo isso. Sabemos também as vezes que temos estado do lado das lutas das populações, seja em matéria de transportes, saúde, educação, ou habitação.

Também aqui o nosso resultado eleitoral superou o de 2015. À população de Oliveirinha também dizemos que cá estamos para todo o trabalho necessário."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

"Boa noite Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores deputados municipais, deputados municipais, população em geral de Oliveirinha aqui representados pelo seu Presidente de Junta de Freguesia, dizer que tenho muito gosto em estar aqui convosco.

Terminado este pequeno momento de campanha eleitoral fora de tempo, antigamente a cassete tinha um dono, hoje parece que tem outro. A cassete voltou, enfim, já conhecemos a cassete pois ela não traz nada de novo.

Nós salientamos aquilo que positivo tem havido ao longo deste ano nos vários rankings das diversas entidades, as classificações que Aveiro tem obtido têm sido cada vez melhores. E recentemente o ranking Markteste coloca Aveiro como o melhor concelho do País. Portanto isto é fruto não só do trabalho autárquico, do trabalho dos empresários, da promoção que Aveiro tem tido, na atractividade que Aveiro tem tido, mas isto é benéfico para todos nós. Nós congratulamo-nos com isto e acho que este é o caminho que deve ser seguido. E é o caminho que serve a todos os aveirenses.

No entanto aquilo que temos visto recentemente é que há uma campanha orquestrada nas redes sociais que diz mal de tudo quando se faz bem. Quem nunca fez vai dizer mal. Por outro lado, temos uma cidade que tem novas profissões. Advogados com especialidade em botânica, arquitectos com especialidade em paisagem, ou reformados formados em planeamento do território. Para não falar em especialista em mobilidade que nesses então toda a gente percebe tudo de tudo. E as suas opiniões sabem mais que estudos de universidades, estudos técnicos, estudos dos técnicos da Câmara e acham que são os melhores da rua deles se calhar. Enfim é o que temos.

Nós estamos de acordo com a direcção que a Câmara tem seguido. Apoiamos uma Câmara que faz trabalho, que faz obra que bem faltava, e uma Câmara que vai contribuir para o desenvolvimento da Cidade e do concelho de Aveiro. Disse."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

"Senhor Presidente, Digníssima Câmara, Colegas deputados, excelentíssima assistência. O Firmino (permita-me que o trate assim) e o Armando Vieira já falaram dos problemas fundamentais que a terra tem e das resoluções que efectivamente é necessário tomar. Mas eu gostaria de dar nota, já é uma segunda vez, da primeira deixei passar agora não deixo passar, daquilo que o Senhor Armando Vieira disse. Elogiou algumas pessoas ilustres da terra de Oliveirinha, mas é a segunda vez que se esquece de falar de um, talvez, dos mais ilustres. Ele foi um dos mais ilustres do País, quiçá de Oliveirinha. Estamos a falar de Joaquim José de Queiroz. Como sabem nasceu aqui nas Quintãs, embora fosse oriundo de famílias de Verdemilho, que foi Ministro da Justiça nos tempos de Saldanha, mas mais do que isso foi um homem que dignificou Aveiro. É um homem do 16 de Maio de 1828. Um homem a quem Portugal e Aveiro muito deve. Principalmente porque em Aveiro, se na sua bandeira traqueja a flamula da liberdade, parte dessa flamula se deve ao trabalho de

Joaquim José de Queiroz. Conhecido entre nós, principalmente por que vive mais daquele lado, o Conselheiro Queiroz, que passou os últimos anos da sua vida em Verdemilho, onde começou a criar o seu neto Eça de Queiroz, quiçá também um dos maiores escritores portugueses, que ali apanhou algum gosto por determinadas coisas. Quem conhece a obra dele sabe, designadamente o "Afonso da Maia" reflecte o seu avó. E a Quinta da Torre de Verdemilho — mas todas as pessoas sabem isso, apenas me estou aqui a repetir. Por isso quero deixar aqui um recadinho ao Senhor Presidente da Câmara através deste introito. O que eu queria dizer é que aquilo que está ali a acontecer junto ao Botafogo, na novel bomba da Prio, e do que se está a fazer à antiga Quinta da Torre! É uma palavra de angústia Senhor Presidente, vá lá um pedido.

Senhor Presidente da Câmara, vá mesmo olhar para aquilo. Eu sei que o Senhor não tem culpa daquilo. Bem sei que já apanho aquilo em andamento. Mas aquilo ali está mal. Aquilo é uma vergonha que não dignifica o Homem que foi Joaquim José Queiroz. E nem dignifica o município de Aveiro. Disse."

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[028](#)

"Boa noite a todos. Quero em primeiro lugar felicitar esta descentralização e estarmos aqui em Oliveirinha a fazer uma Assembleia Municipal. E, portanto, felicito não só a Assembleia Municipal, Como a Câmara e a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia. O PS regozija-se com estas iniciativas pese embora, não tenhamos as melhores condições. Mas isso é da vida como se costuma dizer.

Posto isto eu gostaria só de chamar a atenção de pequenos problemas que me chegaram e alguns que eu contatei e que não fazem parte do ponto dois.

Hoje, se calhar já aconteceu várias vezes, verificou-se uma anomalia que todos se calhar já sabíamos que iria acontecer que diz respeito aos autocarros, nomeadamente ao autocarro que vem de Cacia para Aveiro. É a carreira 01 por volta das 8 da manhã, segundo informações da própria condutora, terá deixado de existir o desdobramento com outro autocarro, e na sequência hoje, as pessoas vinham no autocarro como sardinha enlatada e houve muita gente que ficou a pé. E portanto isto é um problema nos transportes daqueles que nós já vínhamos falando há muito tempo, e que gostaríamos que a Câmara tomasse em consideração mais uma vez este problema. Aliás houve problemas semelhantes em Mataduchos onde atravessaram os carros e não deixaram passar o autocarro. Portanto não é novidade para o Senhor Presidente porque é uma pessoa muito atenta.

E mais uma coisa que eu não percebo! Por que é que as árvores que foram cortadas na Rua da Pêga, e as pessoas andaram lá todas a verificar, e as árvores estavam sem bicho, sem o escaravelho vermelho ou outro qualquer bicho. Não percebo. Esta nossa cidade de vez em quando leva assim um corte radical que nós não conseguimos entender. Entendemos as palmeiras do Rossio que tinham o escaravelho vermelho o que era uma coisa complicada, mas o resto não conseguimos entender.

E uma outra situação que já é habitual e que cada vez mais se está a tornar preocupante, que é o problema dos arrumadores no parque de estacionamento do hospital. Aquilo é praticamente um gang, de pessoas que nem sequer serão cá da cidade, que rodeiam as pessoas que vão para as visitas no Hospital, nomeadamente em situações de grande sofrimento e preocupações, e rodeiam-nas quer à chegada quer à partida para pedirem os bilhetes de estacionamento. Eu acho que isto deva ter um fim. Porque a história dos arrumadores nós devemos preocupar-nos com a nossa segurança. E então se for à noite a coisa ainda é mais preocupante. Portanto deixo aqui estas três lembranças que muito me preocupam."

Vogal António Aguiar (PS)⁰²⁹

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰³⁰

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³¹

Vogal Joana Lopes (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³²

"Boa noite a todos. Caro Presidente, passados dois anos sobre o início deste mandato na Assembleia Municipal, na Câmara Municipal e nas 8 das 10 juntas de freguesia que compõe município, torna-se importante fazer um balanço do que se tem feito para servir melhor os nossos concidadãos.

A JSD Aveiro, integrada na Aliança com Aveiro, empenhou-se proactivamente no sucesso da sua candidatura e da sua vitória. O Manifesto Jovem, incluído na proposta aos eleitores, é parte integrante do programa de governação da Câmara Municipal.

Senhor Presidente, agradecemos desde já a confiança, por ter acreditado na juventude e projetado o futuro de Aveiro com as gerações que o vão viver. Agradecemos também a coragem de trazer sangue novo e incentivar a discussão política aos mais novos. Mas não foi só no número de jovens nas listas ou nas propostas incluídas no programa que está o mérito destes dois anos, mas sim na efetiva concretização dessas mesmas medidas que surgem mês após mês no terreno. Vejamos:

A criação da Assembleia Municipal Jovem alargada para o ensino secundário em 2018;

A ampliação e qualificação das áreas de atividades económicas, no âmbito da Revisão do PDM, ajudando à fixação de novas empresas e das já existentes;

A reabilitação dos bairros sociais no âmbito do PEDUCA, trazendo mais e melhores condições para os cidadãos que aí habitam;

A obra de qualificação e inauguração da Casa Municipal da Cidadania, um novo espaço aberto, inclusivo e formativo para jovens e séniores;

O incentivo às modalidades de Mar e Ria, agora também com a nova estação náutica do município;

A reformulação do projeto BUGA em concurso, com o fornecimento de novas 204 bicicletas, a instalação de 20 estações com 308 lugares, assim como o sistema integrado e inteligente de gestão dos veículos de mobilidade suave, que significa a promoção da utilização da bicicleta nas deslocações casa/trabalho;

O reforço do papel da Feira Vocacional e Profissional no processo de decisão do futuro dos jovens e na sua relação com as empresas do município;

Mais recentemente, o projeto Aveiro STEAM City, um forte investimento de 6,1 milhões de euros, com financiamento dos Fundos Comunitários, que resultam da aprovação da candidatura da Câmara ao Programa Comunitário "Urban Innovative Action", projeto que traz para a Cidade uma nova revolução tecnológica, com a adoção de infraestruturas e tecnologias 5G e IoT, sabendo que fomos a primeira cidade portuguesa a conseguir este financiamento, sendo esta candidatura uma das 22 escolhidas, em 184 concorrentes.

Este projeto europeu trará novas oportunidades para as nossas crianças, com a instalação ainda durante este ano letivo de 33 Techlabs em todas as escolas do município;

A candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura em 2027, um processo de todos e para todos, que conta com o apoio dos 11 municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e que desde já trouxe um plano estratégico que fomenta e qualifica os agentes culturais, aumenta a participação pública e dinamiza a cidade;

O acampamento municipal de escuteiros, atividade de relevante sucesso, que inclui 850 jovens do município.

Podemos ainda falar das mais de 100 obras em curso por todo o município, com um investimento de 75 milhões de euros. Esta é a realidade que está na rua e aquilo que os cidadãos percecionam.

Por fim, não deixar de sublinhar que iniciámos o terceiro ano do presente mandato autárquico observando que a Câmara mantém os mesmos princípios de gestão dos últimos anos, com transparência, rigor e cumprimento dos compromissos assumidos com os cidadãos e com o FAM, consolidando a recuperação financeira e crescendo ao nível do investimento em projetos, obras, eventos e ações de múltiplas tipologias.

Senhor Presidente, para terminar, apenas dizer que pode continuar a contar connosco, certamente contamos consigo, de forma a mantermos a mudança, cheios de determinação, coração e ação, fazendo cada vez mais e melhor pela Nossa Terra."

Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁴

"Senhor Presidente muito obrigado. Usando a exceção que uso às vezes de não responder a matérias que tenha, a ver com o ponto da Actividade Municipal, mas enfim, pela excepcionalidade de não voltarmos a estar aqui quando chegarmos a esse ponto, vou dar as respostas da forma sumária o mais possível.

Rui Alvarenga, nós estamos a fazer um trabalho com a Navigater que tem a ver com a nova portaria da empresa, que vai mudar para aquela que é hoje a portaria, embora com uma estrutura diferente. Mas há um outro problema que não se resolve por aqui que é fruto dos seus fornecedores de madeira. E aí há um trabalho que nós teremos de cuidar, pressionar, com certeza, mas que obviamente tem de envolver a disciplina e o cumprimento das regras de trânsito dos transportes de mercadorias pesadas. E em último caso a ajuda da nossa Guarda Nacional Republicana. De facto quem transporta seja o que for não pode andar pela estrada a largar pedaços.

Mas há lá duas questões. Algum daquele lixo tem a ver com os rodados que vêm sujos e há ali a questão também dos transportes de madeira que não vem devidamente acondicionada e que vai largando, como o Rui disse. Portanto é nestas duas frentes que vamos continuar a trabalhar para que idealmente não aconteçam e se reduzam o mais possível.

Ana Valente. Em São Jacinto os Bombeiros Novos com o apoio da Câmara que é quem paga, têm feito aquilo que é humanamente possível. Têm limitações de recursos humanos porque já não têm bombeiros de São Jacinto, que eram uma circunstância que existia e que ajudava imenso. Há bombeiros mas não querem exercer funções em São Jacinto. Ou seja, bombeiros disponíveis para trabalhar em São Jacinto não há.

Mas nas épocas altas têm uma oferta total, com presença total. Depois tem uma presença que não é total, mas o nível de assistência à população de São Jacinto é um nível alto e bom. Não vale a pena estarmos a inventar problemas onde eles objectivamente não existem. Aliás problemas são aqueles que o Presidente António Aguiar aqui referenciou. Em relação à habitação social não é verdade que haja casas muito degradadas no bairro de São Jacinto. Há algumas com algum nível de degradação, conhecemo-las bem uma a uma. Estamos ali a trabalhar uma coisa muito delicada que é como é que se fazem as obras e se cuida de por em ordem as ilegalidades várias que se foram ao longo dos anos construídas nas casas. E uma Câmara Municipal que é dona de casas não pode fazer investimentos em casas fechando os olhos às ilegalidades. Estamos a fazer um trabalho casa a casa para cuidarmos de resolver, algumas que causam conflitos com vizinhos, obviamente temos que resolver. Temos seguido um trabalho de requalificar das piores para as menos más e esse investimento tem de estar sempre em desenvolvimento na nossa Câmara Municipal. São Jacinto está no grupo das últimas porque de facto não há casas muito degradadas, o nível de degradação é bem inferior aquilo que tínhamos em tantos sítios. Tínhamos e temos. Ainda agora lançamos concursos para mais bairros no nosso município.

O túnel da estação vai reabrir na sexta-feira. Houve uma componente da empreitada que não foi possível fazer no fecho de Agosto, por falta de uma peça técnica que veio da Alemanha.

Portanto não foi possível como não foi possível arranjar uma empresa para lavar o túnel. Neste momento estamos fechados para acabar a obra de reformulação total da iluminação pública que fica agora terminada e daqui a x dias fecharemos dois dias para fazer a lavagem porque não foi possível concertar as duas coisas porque há um conjunto de incompatibilidades técnicas entre andar a mexer na rede de iluminação e andar a lavar azulejos com água.

Sobre o Rossio eu não vou falar. Até parece que não tivemos aqui uma reunião extraordinária, no dia 10 de outubro, em que falamos do Rossio de todo o género e feitio. Vamos lá ser razoáveis. A Ana sabe muito bem a resposta para a questão que colocou. Neste momento está aberto o concurso, quando acabar o prazo dos sessenta dias para os empreiteiros apresentarem propostas, portanto não vale a pena fazer esse truque que estão a fazer.

Iremos falar muito disso. Qualquer dia aqui, na reunião extraordinária que já tratei com o Senhor Presidente da Assembleia para a revisão do PDM, vai ser muito giro, vai ser muito divertido falar sobre isso. Da concertação político partidária da discussão pública do PDM. Vamos com certeza também nos entreter, numa parte lúdica recreativa que eu irei trazer com clareza, das tácticas de movimentos independentes, entre aspás, dos partidos na discussão pública do PDM, em que um dos temas preferidos deles nesta concertadíssima, conversadíssima (em português claro) é exactamente a matéria do Rossio. Mas hoje não é dia. Cá viremos falar do Rossio com clareza e sobre o PU Polis, exactamente na Assembleia extraordinária que iremos ter neste mês de novembro, para tratar de aprovar e acabar o processo da revisão do PDM.

Rita o balanço que temos dos transportes é positivo também no que respeita a Oliveirinha. E obviamente mantemos disponibilidade para ir melhorando. E lembro, aquele acordo, que não foi subscrito pela Rita, mas foi lançado por mim, de que todas as queixas que o Bloco de Esquerda receba me sejam entregues, até hoje zero.

Aliás dos últimos meses a única queixa que nos chega foi esta da Ana Maria. Eu já sabia o que tinha acontecido, hoje na hora de almoço foi-me relatado o que aconteceu. Portanto é uma coisa que não pode acontecer porque a linha 01 foi das linhas que nos circuitos da manhã tem de ter desdobramento, não há volta a dar. Mas enfim, não há sistemas perfeitos, mas será imediatamente corrigida de forma regular, Nós não tínhamos esse problema e isso ocorreu pela afectação de motoristas à linha 01 que serão objectivamente e rapidamente corrigidas.

Jorge Greno, agradecer a sua intervenção. Vamos falar um dia destes muito sobre o rating da Markteste e outros. Porque hoje há muito esta tendência para dizermos mal de nós próprios. E bom que tenhamos consciência para chamar atenção para o que está errado. Então como somos democratas e em democracia é importantíssimo. Mas devemos cuidar da má-língua. A má-língua dá cabo de nós. Dá cabo da nossa reputação porque nos retira atractividade, porque ninguém gosta de visitar ou dar-se com gente que sistematicamente de dedica á má-língua. E a má-língua é a má-língua da mentira. É todo o insulto gratuito. Nós para sermos oposição uns aos outros não é preciso insultarmo-nos. Temos argumentos, temos inteligência, não é preciso insultarmo-nos. Hoje mesmo eu fui alvo de insultos partidários com palavras horríveis.

É preciso nós termos cuidado porque nós somos gestores da imagem do nosso município também. E eu não acho útil por exemplo, que governantes andem nas redes sociais, em vez de estarem a governar, a estar a explicar a dívida da Câmara de há catorze anos! Mas interessa a alguém estarmos hoje a discutir a dívida da Câmara de Aveiro de há catorze

anos? É que algumas pessoas julgam que deixaram de ser presidentes de Câmara ontem. Não. Já foi há catorze anos. Governem! E nós queremos todos, a bem deles governantes, e de nós governados, que governem bem.

Agora não andem às horas de serviço (e as horas de serviço de um governante são as 24 horas do dia e os sete dias da semana), a destilarem justificações de há catorze anos que não têm nada ver e que não interessam para nada. Muito menos para o desenvolvimento e para o crescimento do nosso estimado município.

Mas a "luta continua", estamos empenhados, não nos distraímos com estas matérias.

Um obrigado ao Manuel Prior e à Joana e dizer que isso é o nosso foco. De trabalho intenso, dedicado, muito apaixonado pela causa que abraçámos de fazermos bem e cumprirmos aquilo que assumimos livremente com os nossos eleitores.

Raúl Martins, já falámos sobre isso. Eu penso que o problema poderá ser aliviado no que respeita à conclusão do estudo que existe e que está aprovado para aquela zona, com o recuo das casas do outro lado da rua. E há ali aquela questão que nós continuamos a dar mais importância. A de deixar uma memória histórica real e não uma réplica. Isto é discutível. Eu sei que isto é discutível. Mas nós entendemos que devemos deixar uma memória histórica real da casa do Conselheiro Queiroz.

A rua da Pêga e as árvores. Nós temos de ter calma. E agradeço a nota do Jorge Greno sobre isso. Isto qualquer dia torna-se um pequeno inferno. Toda a gente é especialista em tudo.

Nós na rua da Pêga até tivemos especialistas demais. Foi a equipa técnica que projectou, a equipa técnica da Câmara, e uma equipa técnica da Universidade de Aveiro.

Árvore a árvore. Uma a uma. Não foi assim de relance. E as decisões que se tomaram de abate são questões que têm a ver com dois grupos de razões. Uma de natureza sanitária. Árvores que estavam em fase terminal, com pouca possibilidade de vida futura. E segunda árvores que estavam no sítio errado. Porque hoje o espaço urbano é para as pessoas. Não sei se tentaram andar no passeio, aliás podem ir lá amanhã tentar andar a pé no passeio da rua da Pêga. E então se tiverem alguma idade ou levem carrinhos de bebé então é uma tormenta.

É bom que sejamos razoáveis nesta sacralização das árvores porque é tão absurdo como tratarmos as árvores como coisa indigna. E a rua da Pêga vai ter mais árvores do que tinha. Vai ter árvores as árvores no sítio certo e é a lógica é positiva. E quando a Universidade nos diz (e escreveu) "Senhor Presidente deve tirar as palmeiras todas do lado da Ria" e substituí-las todas por pinheiros mansos, nós dissemos, não vamos fazer isso. Talvez a Universidade venha a ter razão daqui a dois, três anos porque o escaravelho ou outra praga qualquer vai acabar com elas todas. Mas a nossa opção foi, vamos andando e vendo. E à medida que elas forem morrendo nós vamos tratando disso. Mas a nossa primeira opção foi, nós vamos trabalhar para as manter.

Portanto temos de manter esta atitude séria e de facto nós temos no nosso município árvores que estão no sítio errado. E plantar uma árvore que está no sítio errado e plantar uma árvore nova no sítio certo (e que não a podemos plantar adulta se não ela morre), é um acto positivo de qualificação urbana. Para criarmos condições de segurança e conforto para as pessoas passarem nos canais pedonais, etc. Portanto é um acto positivo aquilo que estamos a fazer.

Não é agora aqui esta circunstância que é muito estruturante e que depois leva a estas críticas. Um dos meus assessores é que me vai dando conta de me informar das redes sociais, mas não é possível, não é possível para a sanidade mental de uma pessoa normal e positiva como eu sou não é possível viver aquele mundo. E agradecer até ao Pires da Rosa alguns contributos que têm dado nalgumas discussões sobre as árvores, porque de facto tem dado ali notas de bom senso que eu agradeço. Porque é importante. Isto não pode ser a

loucura total. Somos todos malucos, uma árvore é mais importante que uma criança ou que um idoso, é preciso equilíbrio. E é isso que nós queremos. Construir equilíbrio onde sempre e sempre o ser humano possa ser olhado em primeiro lugar. O Homem é o elemento central seja no meio urbano seja no meio rural.

Os arrumadores do hospital. Falaram nisto e dizer-vos que é uma questão de segurança, mas que estamos muito mal. Amanhã toma posse o nosso novo Comandante da PSP. Não vou relevar nenhum segredo, mas é uma conversa oficial que tive com o Ministro Eduardo Cabrita, aliás que nos dá a honra de estar presente amanhã na tomada de posse do Sr. Comandante, e o Sr. Ministro telefonou-me há duas semanas para me dar um abraço de despedida do cargo da pasta do Poder Local, que era titular no mandato anterior, e dar-me conta que reconhecia que estava em falta comigo no problema da resolução do problema da PSP em Aveiro.

E só há uma forma de resolver o problema da PSP de Aveiro, é mudar a chefia. Eu peço-lhe isto há anos ao governo que acabou de sair. Porque de facto o que se passa aqui é mau demais. E o Sr. Ministro teve a bondade de me dizer e reconhecer que estive em falta comigo, mas informou que no próximo dia sete de novembro toma posse o novo comandante da PSP de Aveiro. E devo dizer-lhe que escolhi um dos melhores oficiais da PSP em Portugal. Esteve a trabalhar comigo no meu gabinete nos últimos dois anos e é um homem de grande categoria e de grande qualidade, vai-me fazer muita falta, mas sei o que se passa em Aveiro e portanto convidei-o para ter este desafio. Portanto quero dizer-lhe isto. Eu obviamente agradei a amabilidade e a atenção e obviamente todo o crédito ao Senhor Comandante novo. Trabalharemos em equipa com ele para ver se de uma vez por todas eliminamos estas patologias da segurança da nossa cidade, porque são da área da PSP que vai ao sítio, porque já chega de tanta falta de qualidade.

António Aguiar, estamos juntos na luta da N237. Aliás sairia hoje uma peça da SIC mas houve um problema qualquer e em princípio sairá amanhã. É preciso resolver o problema junto à Ria. Temos trabalhado muito e aliás está dito por mim, acabou a conversa. Eu espero e luto para que não aconteça que a próxima vez que a SIC venha cá fazer uma reportagem como veio hoje, que não seja porque caiu um autocarro com 50 pessoas lá dentro, no abatimento da estrada na Ria, e lá foram 50 pessoas embora. Espero que essa não seja a próxima notícia. Porque de facto se naquele momento fosse a passar um autocarro pisando mais em cima o limite da plataforma pois ele virava para o lado da Ria. É só ver as fotografias. A Ria está a tirar a terra debaixo da estrada e a própria pedra já saiu. E portanto só há uma solução. É fazer uma obra estrutural com um enrocamento à séria no lado da Ria. Essa obra não custa menos de 10 ou 12 milhões de euros. Não vale a pena ter ilusões. Mas também não vale a pena andar a esturrar dinheiro a fazer de conta que resolve o problema, porque não dá. Temos de subir de tom a luta. E é com o IP. Mas o IP tem o Ministro Centeno, que tem a função de cortar ou não dar dinheiro. E não vale a pena conversa fiada. É preciso dinheiro para resolver o problema porque se não vamos tendo notas de episódios graves. E isto é má notícia para ir a São Jacinto. É má notícia para continuarmos a conquistar crescimento para São Jacinto, de turistas, de visitantes. É má notícia. Mas não vale a pena circo com o alcatrão. É preciso uma obra estruturante com enrocamento à séria para defender uma via que não é só uma via. É também uma estrada dique que defende habitações, que defende parques de campismos, que defende uma reserva natural do parque de São Jacinto, faz uma retenção das águas com a restinga do seu lado nasceste. E portanto António apenas temos de subir de tom e esta matéria já hoje a colocámos na praça pública e obviamente também a vamos colocar tal quadro de apresentações prioritárias com o Governo. Sendo que já hoje na reunião que tive com o Eng. Carlos Fernandes do IP lhe solicitei que ponha este assunto na parte de cima do monte porque ele é absolutamente prioritário se não qualquer dia vêm lacrimar nos funerais e

nós não queremos que os governantes venham cá para funerais. Queremos que os governantes paguem com o dinheiro que os portugueses pagam de impostos como nunca e que trabalhem e que invistam. Chega de investimento discursivo. O investimento é com dinheiro. E a 327 entre a Pousada da Ria e a entrada de São Jacinto não precisa de mais conversa nem de alcatrão em cima. Precisa de um projecto e de uma operação de enrocamento à séria para estabilização do talude e definitivamente estarmos tranquilos.

Pires da Rosa apenas uma nota que lhe quero deixar. Não há acidentes na rotunda da Diatosta. Tranquilo. Aquela rotunda têm alguns problemas estruturais, mas acidentes não há. E o Aveiro/Águeda, sim. Aquilo que referenciou fica embora tirando o troço entre a rotunda do parque de exposições e por detrás da capela de São Braz, temos de passar ali num sítio estrito de zonas com casas e temos lá um exercício delicado-te. Para nascente não temos problemas para assentar bem o corredor e para lhe deixar plataforma para que ele um dia possa ser alargado.

Portanto temos estas várias frentes para apresentar ao Governo, o Manuel Prior falou de três muito importantes. Hospital, Segurança Pública, e Portagens. São três dossiers muito importantes mas é assim que nós trabalhamos quando chega um governo novo. Apresentar os dossiers a quem de direito, pedir reuniões, lutar, obviamente subir o tom. Temos um Governo novo mas é muito parecido com o outro e obviamente já tem conhecimento de todas estas matérias, não é preciso ensinar-lhe as coisas todas, não. O Governo grosso modo tem conhecimento das matérias e naqueles casos em que temos governantes novos lhes daremos mais tempo do que àqueles governantes que entraram agora. Mas nestas matérias o Ministro é o mesmo, os Secretário de Estado é o mesmo, trabalharemos com eles com uma intensidade elevada. Muito obrigado a todos."

Membros da Assembleia

Vogal Pires da Rosa (PS) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰³⁵

"Senhor Presidente queria pedir a palavra para Defesa da Honra. Da minha consideração e da honra do meu partido. Não me pretendo alargar nem criar aqui nenhuma confusão. Tenho muita consideração pelo Senhor Presidente da Câmara, mas deixe-me dizer-lhe o seguinte. Primeiro fixou a questão das mentiras e que devíamos ter todos algum cuidado na gestão da coisa pública, nomeadamente quem tem responsabilidades, em relação às mentiras e às verdades. Deixe-me dizer-lhe que, o que justificou essa afirmação que eu também acompanhei nas redes sociais, embora não tenha intervindo, foi uma publicação, um comentário, do líder de bancada do PSD, que disse que a dívida era de 250 milhões de euros, que como sabe é absolutamente falso.

O Senhor Presidente até já justificou (eu não quero discutir a dívida de há 14 anos) e eu por ter alguma responsabilidade entendi que não devia participar.

Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte. O Senhor Presidente disse hoje também que um governante, tem nome, é o Dr. Alberto Souto, foi Presidente da Câmara pelo PS, membro do Governo do Partido Socialista pelo Distrito de Aveiro, que teria feito nas horas de expediente, que são 24 horas, essa preocupação de fazer intervenções nas redes sociais. Deixe-me que lhe diga, as mesmas 24 horas a que está adstrito o Dr. Alberto Souto são as mesmas que o Senhor Presidente da Câmara também está. E o Senhor Presidente também tomou atenção a esse pormenor a que diz não atribuiu importância. Mas deixe-me então devolver-lhe exactamente esta mesma consideração e esclarecer este assunto. Não me sentiria bem comigo, nem o meu Partido nem com a minha bancada, se não lhe deixássemos esta nota de que sentimos que o Senhor Presidente se terá excedido em relação à consideração aos órgãos do Partido."

Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[036](#)

"Senhor Presidente eu quero lamentar o facto porque não desonrei ninguém. O Senhor defendeu defesa da consideração é a mesma coisa que defesa da honra. É igual. Peço desculpa Sr. doutor mas é igual. Senhor Presidente ficou claro que esta intervenção não fez sentido algum porque eu não desconsidere ninguém.

E o Dr. Alberto Souto nem sequer pertence a esta bancada embora a sua alma-mater ande sempre aqui a perturbar as cabeças dos camaradas todos. Mas isso é um problema vossos. Agora que ele não é membro da bancada, não é. Que eu não o fendi consideração nenhuma, não. Portanto é ridículo pedir a defesa da consideração da bancada por causa do Senhor Doutor Alberto Souto.

E mais, a dívida da Câmara, que é uma coisa que eu discuti tantas vezes durante estes seis anos, para mim é um dossier terminado. Embora esteja lá 240 milhões e está lá muitas vezes dito por mim. Agora reabrir dossiers com 14 anos é que não tem utilidade objectiva nenhuma. Agora o valor é o que é. É da vida. Mas para defender aqui a honra e a consideração das finanças, foi convidado este ano pela ordem dos Contabilistas Certificados, para a apresentação do Anuário. Fui um dos convidados, porque finalmente Aveiro voltou a ter contas dignas para poder ser convidado. Porque até aqui eramos a ovelha negra. Eram reportagens a dizer o pior em todos os Anuários. Finalmente. Ainda estamos mal por causa do PAM, mas já estamos em onda boa e o Presidente da Câmara de Aveiro este ano foi convidado e palestrante na Ordem dos Contabilistas Certificados do Anuário financeiro. E isto é que interessa. Saímos do buraco, resolvemos o problema, estes dois anos de balanço são muito positivos e vamos dar duro para que os próximos dois prossigam este caminho de recuperação financeira e consolidação orçamental. Fazer investimento, qualidade de vida em todo o nosso município, e nunca ofender a honra e a consideração de ninguém, muito menos de um governante da nação. Era o que mais faltava."

Ponto 1 – 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2019.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/10/2019, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação do documento.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[038](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Por força do que aconteceu na Câmara, pelo Vereador João de Sousa, colocando algumas perguntas, eu vou dizer um bocadinho mais do que queria com na apresentação deste ponto.

O que é que estamos aqui a fazer e para justificar porque é que solicitamos que este fosse o primeiro ponto da ordem de trabalhos. O que estamos aqui a fazer é introduzir aqui uma rubrica no nosso Plano e Orçamento com uma verba para que sejam criadas as condições legais para lançar um concurso público para concessão e construção do ferry eléctrico para a nossa frota que está na posse do nosso concessionário Etac/AveiroBus

De facto é que temos consciência há muito tempo de que temos um ferry velho e que de vez em quando tem os seus problemas, que por coincidência da vida hoje avariou e não há

ferry. O sistema de manobra de hélice revê uma avaria grave hoje mesmo. Felizmente quando nos vimos livre do outro guardamo-lo para peças e portanto, ele vai directamente para a Naval Ria para aguardar vez para entrar e fazer a reparação com as peças que lá estão armazenadas do outro ferry. Peças novas no mercado não há e portanto andamos sempre preocupados.

E portanto esta operação que estamos agora a iniciar com esta revisão tem dois anos pela frente até termos ferry novo. Portanto quero dizer-vos que temos de cuidar do nosso ferry mais dois anos porque precisamos dele e ele tem de viver mais dois anos. Mas vejam as coincidências da vida. Hoje tivemos um problema técnico e ainda não temos noção do tempo que vai ser necessário para fazer esta reparação do navio para ele poder retomar o mais rápido possível a sua actividade regular.

Portanto precisamos de colocar esta rubrica no orçamento. Este objectivo já o tínhamos quando fizemos o orçamento para 2019, mas tínhamos perspectiva de realização. Essa perspectiva aconteceu quando em Maio fechámos o acordo de financiamento com o POSUR. Esse acordo foi fundamental para nós termos esse acordo de financiamento de 50% financiado pelo POSUR. Vamos ter uma outra parte financiada pela redução de custos durante 10 anos que o concessionário vai obter. E obviamente a parte restante do orçamento municipal como não podia deixar de ser.

Com este programa de acordo como POSUR e com o anterior Secretário de Estado do Ambiente José Mendes, foi com ele que fechámos o aviso que foi publicado no dia 27 de setembro para financiar várias operações entre as quais o ferry.

Aviso esse que fecha no próximo dia 18 de Novembro. Daí ter solicitado ao Senhor Presidente ter colocado este ponto como primeiro. Esse é o prazo para colocar na plataforma do POSUR e tem de estar deliberado o lançamento do concurso. Mas para isso temos de ter esta revisão orçamental.

Portanto é uma aposta importante. Uma aposta numa infraestrutura moderna, com um ligeiro acréscimo no que respeita às viaturas automóveis e com um grande acréscimo de capacidade no que respeita aos peões e às bicicletas também. Depois apresentaremos tudo isto aquando do projecto com pormenor. Temos um circuito de 10 minutos e, portanto, teremos a capacidade de ir carregando ao longo da operação e depois fazer o carregamento a 100% na paragem nocturna. Vai haver carregamento dos dois lados, do lado do Forte da Barra e do lado de São Jacinto.

Obviamente teremos ganhos ambientais. Não há ferrys eléctricos em Portugal, mas já há vários no norte da europa, especialmente na Finlândia e na Noruega. As próprias empresas especialistas nisto da parte motriz eléctrica são alemãs mas trabalhando com empresas nórdicas. E portanto estamos a desenvolver trabalhos, chamados termos de referência, para procedimento de concurso e lançar ao mercado esta procura.

Depois há uma parte de ganhos de operação por parte da empresa. Os custos de operação com o ferry eléctrico são mais baixos, nomeadamente na rubrica combustíveis e na rubrica manutenção. E esses ganhos são estimados, há uma estimativa, que vai pormenorizada, mas é de cerca de 1 milhão de euros (100 mil euros por ano) e é a participação que o concessionário entregará e é por aí que ele financia este nosso ferry. O navio é da Câmara apenas a operação está entregue ao nosso concessionário.

Portanto temos muito gosto neste processo. Foi um processo muito difícil até chegar aqui, mas obviamente tem mais etapas difíceis para se fazer. Mas pronto. Esta é uma etapa fundamental. Faremos o lançamento do concurso e depois esperaremos que corra bem. Hoje são poucas as empresas mundiais que fazem, mas enfim há três ou quatro em Espanha, há algumas nórdicas algumas de capital chinês, aliás uma em Espanha também é de capital chinês. E pronto todas elas podem vir ao concurso que vamos lançar. Portanto este é o

quadro que leva a que tenhamos cá esta proposta de termos a rubrica no plano e orçamento que nos permita fazer o concurso e formalizar o mesmo. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Ana Valente (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[040](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Queria aqui questionar por que razão visto isto ser investimento público, por que razão é então concessionado o ferry? O ferry podia ser da Câmara, devia ser adquirido e ser a Câmara a tratar e vai ser concessionado a privados tirando do que poderia ser um serviço público e passando para as mãos de uma qualquer empresa que concorra."

Vogal António Neto (BE)[041](#)

Vogal Rita Batista (BE)[042](#)

Vogal Jorge Greno (CDS)[043](#)

Vogal António Aguiar (PS)[044](#)

Vogal Francisco Picado (PS)[045](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)[046](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)[047](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[049](#)

"Muito obrigado a todos. Ana valente porque é que se entrega o ferry da Câmara a um privado. Porque temos um contrato que temos que honrar. E como isto ainda é um Estado de Democrático, os contratos são para honrar.

O navio é da Câmara e está entregue no contrato por mais cinco anos ao concessionário. Enquanto esse contrato existir nós temos que o cumprir. Há um ferry em fim de vida e nós decidimos investir num ferry novo que é um activo da Câmara, e entrega-lo à operação na entidade com quem temos o contrato de concessão. É assim.

O António Neto descobriu que o ferry fica feito em anos de eleições. Vajam lá a descoberta feita pelo António.

Mas como eu suponho que o António tem contactos ao mais alto nível com os estaleiros russos e como suponho que ele tenha relações especiais com a Rússia, veja se consegue sensibilizar os estaleiros russos a concorrer ao concurso e fazemos o ferry em três ou quatro meses. Que é para termos o ferry antes do ano de eleições. Portanto era o desafio que lhe eu lhe lançava por causa da descoberta que fez de que o ferry vai ficar pronto em ano de eleições. Como o concurso é aberto veja lá se consegue um contacto aí do seu mundo esquerdoide para nos trazer uma empresa que faça o ferry em quatro meses. Para além do mais podemos ter um acidente de inoperacionalidade mais grave do actual ferry e depois temos um intervalo de em vez de uma semana uns quantos meses. Portanto se arranjar alguém que venha ao concurso que consiga fazer em menos dos 18 meses que é o prazo que os técnicos que nós contratamos e que sabem disto, olhe desde já agradeço que nos possa ajudar para pouparmos tempo e não termos o ferry pronto em ano de eleições. É que se houver algum atraso o Bloco de Esquerda ainda terá de ir a nada fazer campanha a São Jacinto e ficam todos molhadinhos e ainda vão com a corrente e é uma perda para a democracia, como é evidente.

E há uma coisa que ainda não percebi que é o que é errado na concessão/construção. Hoje os Fundos Comunitários, muito raramente, só em condições excepcionais é que financiam projectos de concessão/construção. Em regra não financiam. Tem de se separar a concessão da construção e só financiam projecto de concessão quando depois integrado na

construção. Donde é que vem esta excepcionalidade? Das características que aqui estão em causa. E portanto, neste caso, como o projecto da construção naval está intimamente ligado com a operação de concessão é que a título excepcional o POSEUR neste caso aceita que haja concessão/construção para ser elegível. Portanto é em razão daquilo que é a concessão/construção do navio.

Obviamente que para lançarmos o concurso há um conjunto de características que obviamente temos que dizer ao mercado. Algumas que a empresa que contratámos pode inventar. A boca do navio e o comprimento por exemplo está decido porque não vamos mudar as pontes/cais que temos no Forte da Barra e em São Jacinto. Portanto eles não podem alterar boca nem comprimento.

Portanto quando nós fazemos a escolha de potência do motor tem a ver com o tamanho da viagem e a força que o navio tem de ter para vencer os tipos de correntes. Portanto são questões muito objectivas e técnicas que temos que dizer ao mercado para que depois ele faça o trabalho de desenvolvimento. Mas pronto já percebi que o António de construção naval não percebe nada.

A entrega do nosso ferry ao concessionário e quando disse na discussão da concessão da MoveAveiro que não tínhamos dinheiro para renovar a frota, era verdade. A Rita esqueceu-se de uma questão, era que não tínhamos possibilidade legal por não cumprirmos a lei dos compromissos (e ferry e lanchas não pertencem ao grupo de bens essenciais) e não tínhamos dinheiro.

A diferença que temos hoje é que cumprimos a lei dos compromissos e temos dinheiro. Por força da nossa boa gestão. A partir de Abril 2017 passamos a cumprir a lei dos compromissos e vamos gerindo a Câmara para libertar recursos para fazer investimento.

Hoje a Câmara de Aveiro pode pagar estes milhões todos. Apenas entendemos que se há Fundos Comunitário porque é que não aproveitamos. Era o que mais faltava. Claro que vamos buscar.

E se podemos ir buscar também um pouco ao nosso concessionário por que é que não vamos buscar. Mas esperem aí, mesmo que não existisse Fundo Comunitário nem privado, para nós a justificação política de fazer este investimento de 6 milhões de euros está claramente assumida. Mas achamos que é útil candidatar ao POSEUR não financia só investimento público. Nesta caso é investimento público, mas os nossos 3 autocarros eléctricos foram investimento privado financiado. Tem é que ser em razão de um serviço publico, ok. Os autocarros são da AveiroBus, obviamente quando acabar o contrato de concessão são nossos, mas agora são deles e tiveram direito ao financiamento porque estão ao serviço de uma concessão pública. Portanto a lógica é esta.

Portanto deixar claro que esta é a nossa opção política absoluta. E quando é que isto acaba tudo? Eu tenho a certeza que vou ter financiamento do POSEUR? Não. Nós só temos a certeza quando assinarmos o contrato de investimento. Agora apenas vamos apresentar a candidatura. Hoje só queremos saber se concordam que avancemos com o processo ou não. Quando adjudicarmos daqui a cinco seis meses, então aí as vossa perguntas têm de estar cabalmente respondidas. Incluindo as formalidades. Tem que haver uma formalidade com o nosso concessionário, clara que tem. Mas nós ainda não lançamos concurso. Estamos a criar condição no nosso Plano e Orçamento par lançar o concurso. Quando assumirmos formalmente a despesa com a empresa que ganhe o concurso, ai as formalidades têm de estar todos connosco. Uma coisa é estarem todos desagradados com isto. Outra coisa é cumprir a regra no que respeita às etapas e ao cronograma que tem este processo.

Rita a longevidade técnica que tem um ferry deste é de 25 anos. A vida útil de uma embarcação destas, técnica, é de 25 anos.

E quanto à qualidade do serviço, pode falar com as pessoas de São Jacinto que lá vivem. olhe uma das pessoas, o utilizador, julgo que é o que mais viagens faz, um dos, está aqui

pode falar com ele. É o António Aguiar pode falar com ele. A qualidade de serviço que temos hoje não tem nada a ver com o tempo da MoveAveiro. Só dias de greve era um fartote. Olhe pergunte lá ao seu candidato do Bloco de Esquerda à junta de freguesia que ele lhe dirá quantos dias de greve é que fazia. Era um dos líderes do sindicato.

Fiabilidade técnica, absolutamente. Existem mapas. Tudo isto é matemática. A qualidade de fiabilidade das embarcações melhorou brutalmente. Os dias de paragens por avaria nos últimos três anos não tem nada a ver com o que se passava no tempo da MoveAveiro. Incomensuravelmente menos. Até a qualidade do serviço melhorou de uma forma brutal.

Acabaram-se foi as baldas. Por exemplo já transitou em julgado o despedimento por justa causa de um ex-funcionário que agora já não mora lá. Ganhamos em primeira instância, recorreu, e agora ganhamos em segunda instância. E acabou essas coisas que aconteciam. Provou-se formalmente.

Portanto a qualidade do serviço, a seriedade, mudou de uma forma monumental. Mas tem aqui um dos utilizadores principais da nossa rede de transportes para São Jacinto.

Jorge Greno obrigado pela referência. Às vezes estes silêncios ambientais são ensurdecedores. Um corte de uma árvore dá um trinta e um de intervenções, um ferry eléctrico que vai dar um contributo brutal para a nossa pegada de carbono dá zero de referência, apenas preocupações com as finanças. Finanças para trás, finanças para frente. Nós temos dinheiro para pagar o ferry. Olhem só em ganhos ambientais se justificava os 6 milhões de euros. Mas a esquerda hoje no ferry esqueceu-se do ambiente. Porquê? Porque o ferry é bom para o ambiente e esta malta falar de coisas boas feitas pela câmara é desagradável. Não se pode dizer bem da governação e não dá jeito dizer bem da nossa Câmara.

Mas é de facto um contributo para o ambiente. E quando for do concurso vamos apresentar os números, as toneladas que se reduzem, porque nós queremos dar uma notícia toda completa, toda direitinha, como não podia deixar de ser como fazemos sempre quando governamos as coisas. E vamos fazendo melhor à medida que vamos tomando decisões na gestão. É assim que procuramos fazer.

Uma nota adicional. Não é possível num caso destes nós arranjarmos uma solução financeira 50% POSEUR e 50% concessionário. Não é possível. Seria uma ilegalidade, ok. O titular de um investimento de Fundos comunitários tem de assumir sempre, formal e substantivamente, uma parte do investimento. É a regra. Eles não são parvos. E é assim em toda a tipologia de fundos comunitários, não há cá conversa. Os gestores do POSEUR não são tontinhos. Eu conheço as pessoas as pessoas conhecem-me, eu sei de fundos comunitários e não vou para lá fazer figura triste. O titular tem que assumir.

Mais. Há um raciocínio técnico complexo neste tipo de operações. O POSEUR não financia barcos. Se nós colocássemos um ferry igual ao que temos mas novo, não é elegível. O que é elegível nesta componente POSEUR, estamos a falar de uso eficiente de recursos ambientais. É o que quer dizer o SEUR. E como é feita a conta? Este ferry custa 5, um ferry com motor de combustão custa 2. O POSEUR financia apenas os 3 de diferença. O que aqui se financia não é o navio. O que aqui se financia é um navio no modus eléctrico. É o ganho ambiental. Se vocês lerem o Aviso é a razão específica, técnica e ambiental. Não há fundos comunitários para comprar navios. Não há fundos comunitários para comprar autocarros. O que existe é financiamento ao modo eléctrico. É a substituição dos motores de combustão pelos motores a energia.

Portanto há aqui matéria de natureza técnica e formal clara e não dá para andarmos aqui a fazer trocadilhos. Isto só para clarificar.

Casimiro o desafio que fez eu já falei dele, Falaremos depois quando o ferry estiver para chegar. Mas há uma razão que é preciso cuidar. E nós temos já metade do estudo está feito. Ninguém mete um carro numa embarcação que demora uma hora a fazer o circuito que de

carro se faz em 7 minutos. Ninguém faz. O que faz é quele cidadão peão, que até pode demorar uma hora, mas que faz a viagem em muito menos tempo do que ir à volta ou este peão que anda aqui na cidade a passear se tiver ali uma lancha à mão ele vai dar um passeio a São Jacinto. Agora se ele quiser levar o carro, este automobilista, não põe o seu carro num barco que demora uma hora no percurso quando ele tem um outro percurso que demora menos.

E portanto aquilo que estamos a fazer é, no quadro de recuperação da estrada dique, da antiga N109-7 entre a Marinha da Troncalhada e o Sporting Club de Aveiro, é um cais competente e capaz para atracar lanchas. Um estudo que já temos terminado, que é uma primeira versão, não se consegue ter atractividade para o automobilista pela deslocação que a viagem tem, por força de ser uma embarcação grande e pesada. Isto só para deixar aqui esta nota primeiro, mas quando terminarmos o trabalho todo teremos aqui isso e a decisão definitiva também, como não pode deixar de ser.

O Manuel Prior perguntou se isto tem alguma questão com as Contas da Câmara! Não. O que estamos aqui a fazer com esta revisão é reafectar verbas que temos na nossa estrutura orçamental para alocar a esta despesa. Portanto a Câmara tem capacidade para fazer isto e obviamente por essa capacidade é que trago aqui a proposta. Aquele faseamento dos três anos é um faseamento indicativo que colocaremos no concurso. Porque em matéria de construção de navios o pagamento é feito por parcelas. Portanto não se paga tudo quando o navio chega. Como decorre das empreitadas, vai-se pagando à medida que vai evoluindo. Faz-se o projecto paga-se a primeira parte, está feito o alvoroamento paga-se a segunda, e obviamente depois paga-se a última quando se fizer a recepção final ao navio. Daí este escalonamento. O que temos hoje perspectivado é seis meses de burocracia, um ano e meio de concessão e construção, e daí a plurianualidade de três anos. Estes 6 milhões têm de ficar guardado neste nosso Orçamento, com a parte respeitante no orçamento de 2020, a restante no orçamento de 2021, mas a nossa estrutura orçamental tem capacidade por força da boa gestão do trabalho que estamos a fazer para assumirmos este importante investimento. Muito obrigado a todos."

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵¹

"Senhor Presidente em matéria de transportes não dá para andar a saltitar de argumento. Ora concessionou porque teve que ser ora porque concessionou por ser escolha política.

Sejamos claros é escolha política. O Senhor Presidente admitiu que não tinha competência para manter os transportes públicos de Aveiro na esfera pública e entregou a privados.

Também não é verdade, e quando falo em serviço é serviço à população, não é serviço de manutenção do ferry. Houve menos carreiras depois da concessão, houve bilhética mais elevada na travessia para São Jacinto e, portanto, houve um decréscimo no serviço prestado àquela população.

Fico ainda por esclarecer qual é a participação efectiva do concessionário. Qual é a quantia que o concessionário vai contribuir para a aquisição deste ferry? Porque ficou claro que quem vai usufruir de um ferry novo é o concessionário, por 10 anos, um ferry que tem uma longevidade de 25 anos. Nos 10 anos devemos prever que haja algum equilíbrio entre o que participa o município e o que participa o concessionário. Obviamente que, nós defendemos o transporte público na esfera pública. Mas estando na esfera privada, estando concessionado, não nos parece aceitável que um transporte que vai ser usado novo, quase pela metade da longevidade do equipamento, seja compartilhado só pelo município. Parece-lhe aceitável que quem vai lucrar não tenha também vertido essa responsabilidade na aquisição do ferry. A nós não nos parece nada aceitável."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵²

"Senhor Presidente, não quero ocupar muito tempo, fez a intervenção que fez, mas se é o município que se candidata ao POSUR a relação do POSUR terá de ser feita através do município. Portanto o financiamento é de 50% pelo POSUR ou outros 50% tem de ser do município. Aqui não há privado. A intervenção da concessionária é através dum reajustamento no processo de concessão. E a pergunta que lhe faço é se reembolsam um 1 milhão ou não. Esta era a pergunta que gostava que ficasse esclarecida. Não me baralhei. E a outra pergunta é se o concessionário que já se candidatou aos autocarros como prestador de um serviço público, porque é que nesta caso não utiliza o mesmo modelo que o concessionário auferir que é ser concessionário também no âmbito de serviço público e a Câmara Municipal evitava este investimento."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁴

"Muito obrigado. Ó Rita se não me quer ouvir é problema seu. Toda a gente já ouviu como é que se faz o financiamento e qual é o montante previsível do concessionário. A Assembleia já percebeu o modelo financeiro que está perspectivado e que repito será formalizado antes da adjudicação como não pode deixar de ser. Com os cuidados das questões formais. Para o Bloco de Esquerda não interessa nada porque quanto mais asneiras fizermos melhor para o Bloco de Esquerda. Mas nós não. Nós gostamos de fazer as coisas bem e gostamos de fazer bem. Há questões de natureza formal que nós temos de cuidar neste processo.

Porque é que não foi o concessionário a candidatar-se (respondendo ao Francisco Picado). Porque na nossa concessão há uma diferença brutal entre a frota rodoviária e a frota marítima. A frota rodoviária ao abrigo do contrato é do concessionário. Nós não comprámos nenhum autocarro. Quem comprou os autocarros foi o concessionário. A frota marítima é da Câmara, com uma excepção. Nós entregámos uma lancha e um ferry operacional. E dissemos que faltava uma terceira embarcação. Eles ao abrigo do contrato têm 150 mil euros para investir para termos uma terceira embarcação. É para termos sempre uma terceira opção. E a frota de navios é da Câmara. Portanto eles não se podem candidatar porque a frota não é deles. É nossa. Só nós é que nos podemos candidatar. É uma razão jurídica, assim como nos autocarros nós não nos podemos candidatar, mas na candidatura está lá uma declaração assinada por mim a dizer que a ETAC-Transdev é a concessionária, pois concerta. Porque essa peça foi fundamental para eles terem acesso ao financiamento.

Aqui é ao contrário. Nós tivemos de explicar ao POSUR, tivemos de mandar o contrato de concessão, para o POSUR verificar a concessão e ver que não é um esquema. Este activo é da Câmara e ao abrigo do contrato de concessão de serviço público é entregue ao privado. Portanto este trabalho do POSUR é um trabalho que foi ao pormenor desta natureza. O POSUR teve de verificar as características técnicas base do navio novo, as características de um navio análogo com motor de combustão, as condicionantes do nosso contrato, tivemos que lho enviar. Foram meses. Este processo não podia estar aqui há um ano porque o tempo de interação com o POSUR de análise da situação da proposta que lhe fomos levar levou arredondando a conta um ano. E não foi tempo de mais. Isto é complexo? É diferente. Depois ainda há o da Transdev. Também está em curso. Mas é diferente. O contrato com a Transdev é diferente deste. E o POSUR quando lança este pedido, se lerem o aviso, não está lá Transdev e Câmara de Aveiro. Não está lá nada disso.

Portanto quando nós, quando dizemos hoje, que perspectivamos uma redução de custos que o concessionário partilhará connosco cerca de 100 mil euros por ano e multiplicamos por

10 porque o ferry chegará ao final do quinto ano de contrato, tem a ver com análises técnicas que foram feitas na modelação teórica.

Quando agora tivermos os dados da modelação prática, com o ferry já executado, teremos isso mais amadurecido e forçosamente vamos acompanhar como é logico a operação do ferry para verificarmos se aquilo está bem ou se são 140 ou se são 70. Mas há estudos que apontam para este valor de ganho.

E dúvidas. A energia daqui a três anos vai estar ao mesmo preço de hoje? Obviamente que os cálculos que fazemos hoje dizem que sim. Não estamos a prever nenhuma crise energética ou nenhuma redução drástica dos custos de energia.

Não podemos é formalmente hoje dizer não, o privado é que financia a operação. E não financia nada. O cheque com a transferência bancária que a Câmara vai entregar à empresa que ganhar o concurso e depois que vai com um documento para o POSUR para nos mandarem a participação não tem lá empresa nenhuma. Tem lá a Câmara.

Nós com o trabalho com o nosso concessionário tratamos disto, como entidade séria que todos somos, para se poder fechar a negociação em defesa do interesse público. Cuidando do interesse privado, pois com certeza.

Mas as regras são muito claras. É por aqui. Agora dizer ai o privado devia financiar. Não devia, nem pode, nem queremos. Não pode legalmente ao abrigo do POSUR. A compra é nossa. Aquilo que é a participação é a transposição por ano dos ganhos, por redução de custos. Ok.

Os ganhos da receita? Os ganhos da receita (isto não está tudo do nosso lado) é do concessionário. O ferry hoje tem muito mais receita daquilo que tinha. Este terceiro ano que estamos agora a acabar, vai dar muito mais receita do que no primeiro ano. O nosso contrato tem partilha dessa maior receita para a Câmara? Não. Era o que mais faltava. Nós achamos que não. Mas já não é tempo de achar. O contrato já está feito e temos que o honrar. Portanto eu quero tranquilizar todos para dar nota que o lançamento deste concurso é muito importante. A aprovação pela Assembleia Municipal da proposta que trazemos é básica. E os pormenores de tudo isto quando chegarmos ao tempo dos pormenores, obviamente serão públicos como não pode deixar de ser. E tudo aquilo que a Câmara faz será do conhecimento da Assembleia Municipal como é logico. Mas dêem-nos é autorização para dar este passo. E a aprovação da Assembleia é a autorização para nós podermos lançar o concurso. Temos financiamento garantido por parte do POSUR. Vamos ter ganhos de marketing territorial importante também. E a proposta que está aqui é a de "deixem-nos trabalhar" como dizia o outro. Termos a Revisão aprovada para podermos lançar o concurso é uma condição absolutamente necessária para podermos lançar o concurso. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁵⁵ o Ponto 1 – 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2019, sendo o mesmo aprovada por maioria, trinta e um votos a favor (PSD14+CDS6+IND1+PS9+PAN1), uma abstenção (PCP1), dois votos contra (BE2).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais.

Vogal Ana Valente (PCP):⁰⁵⁶

"Senhor Presidente a declaração de voto é a minha intervenção."

Vogal Rita Batista (BE):⁰⁵⁷

"Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda vota contra esta proposta primeiro porque se trata de uma Revisão Orçamental do Orçamento que nós votámos contra. E em segundo

lugar porque não acompanhamos esta situação em que o erário público está para servir o interesse privado. E portanto consideramos que é um mau investimento quando o dinheiro público é usado para que o lucro e o usufruto do equipamento seja unicamente explorado pelo privado."

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁵⁸ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁵⁹ a primeira reunião da Sessão Ordinária de Novembro, informando que os trabalhos da sessão, nos termos regimentais, continuam no dia 12NOB19 (terça-feira), na sede da Assembleia Municipal, em Aveiro.

Eram 00:15 horas do dia 07 de Novembro de 2019.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)